

PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Modelo Estruturado

**MULTIFUNCIONALIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PELA
AGRICULTURA FAMILIAR: estudos empíricos nos estados de MG, RS, SP e
SE**

Coordenadora:

Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni – DEGEO – LEAA/UFPel

Pelotas, 2022.

1. Identificação da Proposta e Qualificação do principal problema a ser abordado:

Partindo da diversidade espacial como a característica principal do agro brasileiro, temos ao longo da história, o rural organizado distintamente em contextos regionais, assim atrelando culturas à áreas específicas. Constatamos também a diversificação em contextos sociais e econômicos, criando tipos específicos de agricultores e agriculturas.

Uma das formas conceituais de entendimento de uma parte dessa realidade, resultado das “novas” dinâmicas do espaço rural, seria através da aplicação da noção de multifuncionalidade. A diferenciação de atividades nas unidades de produção agropecuárias não constitui um fato histórico novo, mas a valorização de tais atividades é que define o “novo”, o contexto de multifuncionalidade.

Em decorrência desses fatos, muitas propriedades agrícolas têm alcançado o seu rendimento através de elementos externos aos limites de suas divisas, em atividades não agrícolas. Assim, a diversidade do campo torna-se um componente central que concebe uma multiplicidade de rurais, além de conformar novas articulações com o espaço urbano.

Reconhecer o potencial multifuncional das propriedades rurais familiares é o primeiro passo para planejar e implementar o desenvolvimento municipal, quer pela ação individual ou comunitária, quer como objeto de políticas públicas. É com este objetivo que propomos o desenvolvimento do presente projeto, tendo como escala de análise estudos de caso a ser realizados em diferentes contextos histórico-espaciais, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe, a fim de permitir uma análise comparativa sobre a multifuncionalidade do espaço e o campo da agricultura familiar.

A escolha dos quatro estados é resultado de trabalhos desenvolvidos por grupos de pesquisa registrados nos diretórios dos Grupos do CNPq e sediados em Universidades públicas, respectivamente, NEA-UNESP-Rio Claro-SP, LEAA – UFPEL-Pelotas – RS, NEPGER – UNIMONTES – Montes Claros- MG, GERES-UNIFAL- Alfenas-MG e GRUPAM-UFS- São Cristovão-SE. Constituímos assim uma rede de pesquisa denominada Rede de Estudos Agrários – REA que ancora temas comuns e norteadores como multifuncionalidade, estratégias de reprodução social e territorial,

políticas públicas e desenvolvimento rural, autoconsumo e mercantilização, tendo como objeto a agricultura familiar e como categoria de análise a paisagem rural.

Considerando as distintas realidades geográficas a rede tem como problemática de pesquisa a seguinte questão: a agricultura familiar produz e reproduz organizações espaciais específicas? Esse grupo, agricultores familiares, refletem paisagens rurais multifuncionais?

Caracterizada como uma região urbano-industrial sob a influência da monocultora canavieira, as unidades familiares de produção na zona de *cuestas* vêem sua capacidade de trabalho e desenvolvimento limitada, mas nem por isso, grupos de pequenos produtores deixaram de buscar alternativas de permanência, ainda incipientes, mas que geram ocupação para a mão-de-obra da família e contribuem com a geração de renda.

Outras atividades não agrícolas já são realidade nos municípios que compõem a zona de *cuestas* (pesque-pagues, restaurantes, eco-turismo, transformação artesanal, esporte e lazer) em pequenas propriedades, com perspectivas de expansão.

A dificuldade de estabelecer uma unidade que agregue os municípios nos quais estão localizadas as propriedades a serem selecionadas para estudo se dá pelo fato de, apesar de próximas, pertencerem a unidades administrativas diversas. No plano fisiográfico o fator de identificação pode ser considerado a zona de *cuestas* do estado de São Paulo, como Rio Claro, Corumbataí, Brotas, Analândia, etc. No entanto, fímbrias dessa unidade geomorfológica penetram pelo espaço desses dois municípios, possibilitando o surgimento de vales e cachoeiras, pela grande diversidade de altitudes e movimentação no relevo, favorecendo a exploração agrícola e turística em propriedades rurais.

Estudar a agricultura familiar como estratégia de resistência e sustentabilidade nos biomas Norte-Mineiros, dentro de um contexto atual, é algo que nos leva a refletir sobre vários aspectos e fazeres tão antigos que resistem à modernização que tomou os campos brasileiros após a década de 1960, ou como essa estratégia de resistência propiciou um fortalecimento de famílias nesse rural. Vemos que o rural, nos últimos 60 anos, foi intensamente mecanizado em nome de

uma modernidade que não levou em conta inúmeros trabalhadores e trabalhadoras rurais que viviam e cultivavam as terras de maneira secular.

Em outras regiões, o modelo familiar de trabalhar a terra ainda resiste, como na região do Norte de Minas Gerais, pois, mesmo com a interferência do modelo modernizador, vários grupos resistiram e ainda trabalham de forma a contemplar a extensão familiar garantindo uma tradição. Apesar de eles se denominarem de várias formas, a base do seu trabalho é sem dúvida a agricultura familiar. Em algumas regiões, há as denominadas populações tradicionais, que são, por vezes, uma forma diferenciada da agricultura familiar, mas todos trazem no seu bojo a certeza de que a agricultura que praticam pode ser denominada de agricultura familiar. Nesse grupo, detectamos os geraizeiros, caatingueiros, varzanteiros, quilombolas, cerradeiros, ilheiros, e outra gama de agricultores que vivem nessa região e que produzem secularmente de forma a manter sua produção na base da família. Obviamente, encontramos dentro desses grupos um nível de organização diferenciado. Por vez, observamos outros agricultores que não se caracterizam como populações tradicionais, mas que estão trabalhando secularmente na mesma porção de terras que foi herdado dos seus familiares.

O exame preliminar, demonstrado pelos resultados das pesquisas atualmente em curso no recorte geográfico do estado do Rio Grande do Sul, tem revelado a diversidade de dinâmicas espaciais presentes no contexto da agricultura familiar. Historicamente, vem constituindo um espaço que combina a produção para o autoconsumo das famílias rurais com a produção semi-especializada para o mercado, nas diferentes áreas coloniais do estado (tanto na porção norte quanto no sul, mais especificamente, nas Serras do Sudeste onde se localiza a Serra dos Tapes). Assim, podem-se identificar estratégias de produção e reprodução no espaço mediadas pelos condicionantes físicos/naturais e pelas práticas socioculturais dos agricultores familiares, desencadeando processos produtivos relacionados tanto a agroecologia quanto a integração com os complexos agroindustriais (fumo, aves, suínos, leite, entre outros).

Podemos afirmar que os nossos campos, e particularmente as propriedades de caráter familiar resistem e desafiam as dificuldades, em busca de alternativas para sua manutenção/reprodução. Vários são os questionamentos. Como revigorar

a agricultura em pequenas propriedades familiares? Quais os modelos de gestão para construir a sustentabilidade dessas propriedades? Quais as práticas promissoras, fundadas em mais democracia e participação social? Como aprofundar as lógicas territoriais e interdisciplinares? Como construir um rural “vivo”?

O objetivo da gestão de um determinado espaço está relacionado com as estratégias de desenvolvimento do mesmo e para tanto a agricultura familiar exprime organizações espaciais que definem parâmetros para este desenvolvimento. Em nosso caso este desenvolvimento busca proporcionar aos agricultores familiares a possibilidade de um melhor acesso físico e econômico (condições materiais de vida) aos bens, serviços e equipamentos que possibilitem a satisfação das necessidades básicas, a habitação, o emprego, a educação, o lazer, a saúde, além da perspectiva de participação ativa na construção da coesão social.

Sendo assim, o estudo proposto tem a finalidade de fomentar instrumentos teórico-empíricos para o entendimento e dimensionamento das organizações espaciais que resultam da ação das famílias rurais em distintos contextos regionais sob a ótica da multifuncionalidade, ou seja, em que medida os preceitos da multifuncionalidade norteiam as práticas familiares em seus contextos espaciais específicos e constituem paisagens rurais próprias.

Quadro referencial:

A partir dos anos 80, segundo Silva (2002), surgem novas formas de organização das atividades no meio rural brasileiro, características que podem ser associadas ao processo de modernização da agricultura, a saber:

Esse “novo rural”, como vem sendo denominado, compõe-se basicamente de três grandes grupos de atividades: Uma agropecuária moderna baseada em commodities, e intimamente ligada à agroindústria; Um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas a moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; Um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionados por nichos especiais de mercado. (SILVA, 2002, p. 39).

Esta perspectiva provoca um debate sobre quais seriam realmente as funções e/ou as “novas” funções da agricultura. Na percepção de Carneiro,

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferencia por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras

contribuições que não apenas a de bens privados, além dela repercutir as críticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera. A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. (CARNEIRO, 2003. p 19).

Carneiro e Maluf (2003) analisam as funções da agricultura familiar centrados, principalmente, em quatro dimensões básicas da multifuncionalidade, a saber: a reprodução socioeconômica das famílias, a partir da composição e das fontes geradoras de renda; as condições de permanência no campo e as práticas de sociabilidade; a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais, abrangendo a produção para o auto-consumo e para a comercialização; a manutenção do tecido sócio-cultural, se referindo as condições de vida e da reprodução das culturas locais; a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, aqui entendido como referência ao uso de recursos e sua preservação. Em todas as dimensões apresentadas há a valorização das características dos lugares.

Estas múltiplas funções estabelecidas no espaço rural permitem, concomitantemente, o estabelecimento de atividades não agrícolas que diversificam as possibilidades de geração de renda entre as famílias, valorizando os saberes e práticas dos agricultores.

Por conseguinte, podem-se compreender duas características do espaço rural, a multifuncionalidade e a pluriatividade¹ como estratégias de desenvolvimento e de reprodução social das famílias, pois além de geração de renda econômica, proporciona a valorização do patrimônio cultural e natural presentes nas propriedades rurais.

¹ A pluriatividade trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 90 - 91).

Conforme aponta Carneiro (1998), fenômenos recentes têm chamado a atenção para os novos contornos apresentados pelo meio rural. Seriam eles: certa “migração de retorno” da cidade para o campo ou para pequenas e médias cidades; o crescimento da demanda por atividades não agrícolas no meio rural; a revalorização do meio ambiente; e a ascensão de novos atores/sujeitos no contexto sociopolítico.

Estes fenômenos também foram desencadeados pelo surgimento de novos valores buscados, em grande medida, pela população urbana. São eles: as relações diretas com a natureza; os ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos; ar puro e tranqüilidade; o desejo de relações mais profundas; a autodeterminação (CARNEIRO, 1998).

Efeito desses fatos, o rural passa por uma renovação de princípios norteadores, tanto do ponto de vista conceitual, como de políticas públicas (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Assim, se verifica uma busca por um chamado *desenvolvimento do rural* e não um desenvolvimento agrícola (modernização do campo).

Com isso o enfoque territorial passou a ser um instrumento fundamental das políticas públicas, retirando a proeminência das questões setoriais nas discussões sobre o desenvolvimento econômico-social.

Efeito desse movimento histórico, o território passou a ocupar uma posição central nos debates sobre a questão da diversificação do espaço rural, tornando-se um importante instrumento nas formulações das políticas de *desenvolvimento do rural*.

No transcurso da última década, a noção de território assumiu importância destacada nos discursos dos gestores de políticas públicas de numerosos países, inclusive o Brasil. No que diz respeito à agricultura e ao meio rural, o território aparece cada vez mais como uma entrada programática, inovadora e privilegiada para renovar a concepção de desenvolvimento rural. (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 25)

Outro elemento conceitual que surge no bojo destas transformações, vinculado com o enfoque espacial, é a noção de multifuncionalidade que vem representar também um esforço de rompimento com a ótica setorial da agricultura e enfatizar, principalmente, a heterogeneidade estrutural presente no espaço rural.

No nosso entender, a noção de multifuncionalidade rural segue dois caminhos teóricos que norteiam as estratégias de políticas públicas (FERREIRA; MAIA, 2010).

O primeiro caminho está ligado às questões de estratégias de *desenvolvimento local*, principalmente em áreas onde a atividade agrícola perdeu sua posição central e ocorre a necessária criação de alternativas de sobrevivência para as pequenas propriedades. Fundamentado nas estratégias de desenvolvimento local, este caminho vai inserir a multifuncionalidade dentro das possibilidades que o espaço oferece para a instalação de “novas” atividades econômicas, aproveitando o capital sócio-cultural presente no espaço rural. Como exemplo desse enfoque, encontramos o conceito de *multifuncionalidade da paisagem* – MFP (GUIOMAR; FERNANDES; NEVES, 2008).

Conforme salienta Pinto-Correia (2007), na Convenção Europeia da Paisagem realizada em 2000, a *paisagem* foi proclamada como um elemento conceitual que pode refletir a diversidade da herança cultural, ecológica e socioeconômica de dado conjunto populacional, tornando-se um dos fundamentos da identidade local e regional.

A paisagem é o resultado, observado pelo Homem, de um sistema complexo e dinâmico de muitos factores naturais e culturais (rocha-mãe, solos, água, relevo, clima, vegetação, uso do solo, estrutura fundiária, povoamento, caminhos e infra-estruturas, etc.) que se influenciam mutuamente e se modificam ao longo do tempo. (PINTO-CORREIA, 2007, p. 3)

Portanto, no escopo das estratégias para o desenvolvimento e do consumo de um determinado espaço, o conceito de *paisagem* torna-se central, balizador para normas e indicações em planos de atividades para a área referida. Com relação ao seu caráter empírico, dentro do objetivo proposto, as paisagens devem manter suas autenticidades e ao mesmo tempo as suas diversidades. Deste modo, temos que entender a paisagem “[...] como simultaneamente uma realidade física e biológica e uma construção social ou cultural, [...]” (PINTO-CORREIA, 2007, p. 3)

A paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. A *dimensão morfológica* evidencia o conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana e permitirá que se avalie as formas das propriedades rurais em cada uma de suas realidades específicas. Na *dimensão funcional* se observará as relações entre suas diversas partes que compõem a paisagem. Como produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma *dimensão histórica* e na medida que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta *dimensão espacial*.

A paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias tendo, assim, *dimensão simbólica*.

No segundo caminho conceitual, a multifuncionalidade está relacionada às estratégias de desenvolvimento sustentável, originadas principalmente das questões ambientais da década de 80. Enfatizando as questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável e seu reflexo no espaço rural, definindo o que a literatura conclamou de multifuncionalidade da agricultura – MFA (CARNEIRO; MALUF, 2003). Então, fundamentados nas funções atribuídas à uma agricultura sustentável, concordando com Wanderley (2003), temos que os objetivos da multifuncionalidade ligada à agricultura familiar são:

- a reprodução socioeconômica das famílias rurais;
- a promoção da segurança alimentar das famílias e da sociedade;
- a manutenção do tecido social e cultural;
- a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Decorrente das transformações apontadas anteriormente, o mundo rural em algumas áreas - onde a agricultura está em declínio como atividade central das pequenas propriedades - com o objetivo de ampliar sua competitividade socioeconômica, busca por meio de diversos fatores uma segmentação de suas atividades com o objetivo de abarcar um mercado mais amplo.

Neste contexto, determinados espaços rurais procuram estratégias de desenvolvimento local pautadas, principalmente, em uma cooperação e um planejamento integrado entre os seus agentes e algumas empresas; estas estratégias conduzem à formação de redes que passam a operar nos espaços locais. Assim, a partir de melhorias nas condições de infra-estrutura básica propiciadas por estas redes, o espaço rural torna-se atrativo para determinados segmentos da população urbana, gerando novas fontes de renda e abrindo novas oportunidades de trabalho (SARACENO, 1994).

Estas estratégias de desenvolvimento procuram valorizar, além da agricultura, aspectos culturais, naturais e econômicos, oriundos de uma *paisagem* que representa o modo de vida rural.

Devido ao seu objetivo principal - incentivar a garantia de uma relativa conservação ambiental e sociocultural – e dentro dos preceitos da conservação ambiental, esta noção de multifuncionalidade está estritamente ligada ao Estado. Quando Carneiro e Maluf (2003) apontam que esta noção de multifuncionalidade

[...] rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos [...] (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19),

podemos inferir o papel preponderante do Estado - órgão gestor de subsídio - com relação ao conceito.

Reforçando esta concepção, temos duas questões que ressaltam a importância do papel do Estado. A primeira de caráter social, ligada a agricultura familiar, na qual a aplicação da multifuncionalidade nas unidades familiares rurais auxilia na “[...] passagem do agrícola para o familiar e rural [...]” (CARNEIRO, 2003, p. 20). Outra questão se refere à geração de bens públicos - principalmente segurança alimentar e preservação dos recursos naturais -, permitindo a ampliação do foco de análise para além da noção de pluriatividade, que se limitava apenas aos bens privados.

Escolher a multifuncionalidade como fundamento norteador do desenvolvimento local e rural significa trabalhar com um importante elemento de suporte à decisão. Seu emprego permite esquadrihar como se integram as diferentes funções do espaço rural numa lógica de gestão do território que se concretiza através de práticas espaciais.

Assim, pensando a gestão do território como paradigma do planejamento, apresentaremos alguns indicativos para uma ação territorial (BECKER, 1991) que viabilize, a multifuncionalidade dentro dos propósitos do desenvolvimento local e do desenvolvimento rural.

Para apresentar as ações territoriais, caminharemos para o debate sobre as práticas espaciais, pois as vias para uma gestão do território irão se concretizar a partir dessas práticas. Segundo Corrêa (1992) as práticas espaciais resultam: da consciência que o homem tem da diferenciação espacial; de padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade; das possibilidades técnicas disponíveis em cada momento. Portanto, as práticas espaciais são definidas como “conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações” (CORRÊA, 1995, p. 35).

Na gestão do território direcionada à multifuncionalidade rural como principal componente construtivo do espaço geográfico, é necessário um esforço teórico-empírico de integração dos “planos” de desenvolvimento – *o desenvolvimento local e o desenvolvimento rural*.

Realizada a integração, podemos buscar a aplicação das práticas espaciais em um plano de gestão do território que viabilize a multifuncionalidade:

1. seletividade espacial: seleção de atributos: pequena propriedade, capacidade técnica e de adaptação às diferentes funções (agricultura e turismo), recursos naturais; a escala espacial da seleção é determinada pelo fenômeno a ser planejado;
2. fragmentação e remembramento espacial: divisão da propriedade rural por herança, por atividade desenvolvida, tornando o espaço da propriedade integrado, hierarquizado e adaptado às diferentes funções (agrícola e não-agrícola) – escala espacial da propriedade;
3. antecipação espacial: identificação de fenômenos naturais, sociais e culturais que possam transformar-se em novas atividades geradoras de trabalho e renda;
4. marginalização espacial: não cumprimento das funções estabelecidas pelos pressupostos da multifuncionalidade. Esta prática deve ser identificada e superada por ações específicas;
5. reprodução da região/território: definição dos agentes organizadores do espaço (proprietários rurais, setor público e setor privado) e das ações envolvidas com a multifuncionalidade no contexto ideológico.

Esta seria a essência das estratégias de gestão espacial entendidas, assim, como modelos ou instrumentos simultaneamente descritivos, de previsão e, sobretudo, de ação, de forma a alcançar as transformações desejadas por um plano de gestão espacial.

2. Objetivos e metas a serem alcançados

Baseado no aporte teórico-metodológico apresentado anteriormente, nosso objetivo central é entender e dimensionar as organizações espaciais que resultam da ação das famílias rurais em distintos contextos regionais sob a ótica da multifuncionalidade da paisagem rural, ou seja, em que medida os preceitos da multifuncionalidade norteiam as práticas familiares em seus contextos espaciais específicos.

Para alcançar o objetivo proposto, será necessário:

- caracterizar os elementos fisiográficos que compõem as quatro áreas pesquisadas (áreas coloniais do Rio Grande do Sul, a zona das *cuestas* no interior do Estado de São Paulo, a região do Norte e Sul Mineiro – MG e do sertão nordestino);
- caracterizar as propriedades agrícolas considerando o sistema da agricultura: a partir dos sub-sistema social, técnico ou funcional e de produção;
- levantar os recursos turísticos, paisagísticos, hídricos, culturais e existentes nas propriedades rurais, que possibilitem o desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou não-agrícolas como alternativas de emprego e renda;
- avaliar as diversidades e especificidades ecológicas, demográfico-culturais e de políticas públicas presentes nas áreas estudadas;
- identificar a presença da multifuncionalidade do espaço rural nos recortes territoriais pesquisados;
- elaborar estudo comparativo entre as realidades dos estados de MG, RS, SP e SE;
- organizar o material levantado na forma de imagem, texto e sistema digital que permita a divulgação das informações coletadas;

3. Metodologia

Na primeira etapa de desenvolvimento do projeto pretende-se realizar pesquisa documental que objetiva utilizar toda e qualquer fonte de informação secundária disponível, como é o caso da Prefeitura Municipal. Farão parte deste levantamento documentos oficiais, reportagens de jornal, dados disponibilizados na *web*, bem como material cartográfico impresso ou digital. Nesta etapa será realizado um reconhecimento da área de pesquisa através de visitas orientadas pelos órgãos públicos municipais, tendo como objetivo a observação e registro de informações de

forma não sistemática, através de meios audiovisuais (fotografias e filmagens) e descrições inscritas em cadernos de campo.

A segunda etapa compreenderá elaboração, teste e aplicação de questionários (semi-estruturados) junto aos produtores rurais tendo como parâmetro Diniz (1984) que propõe a análise da agricultura segundo os elementos internos e externos, seguindo o modelo sugerido pela UGI (União Geográfica Internacional). Como elementos internos levantaremos e analisaremos dados sociais (proprietários/produtores e unidades produtivas), funcionais ou técnicos (sistemas produtivos) e de produção (produtos, produtividade, mercado, agroindústrias) relativos às famílias produtoras. No contexto externo levantaremos e trataremos das características econômicas, ecológicas, demográfico-culturais e políticas dos produtores familiares.

A terceira e última etapa de realização do presente projeto objetiva, a partir das informações levantadas para o conjunto de elementos internos, caracterizar a tríade produtor/propriedade/produção definindo o comportamento dos objetivos da multifuncionalidade ligada à agricultura familiar. A caracterização dos elementos externos do sistema apontará para a definição do potencial do capital sociocultural do grupo em questão e, conseqüentemente, para a multifuncionalidade da paisagem. Ao final, os procedimentos metodológicos adotados delinearão um processo de gestão territorial, que será norteado pelas práticas espaciais, identificadas ao longo do projeto.

No entanto, para se estudar e analisar os sistemas torna-se necessário delimitar as “fronteiras” do que é definido como um sistema nesta pesquisa. Considera-se que a propriedade rural familiar pode ser entendida como um sistema básico de análise, entretanto, diverso e dotado de relações/interações, endógenas e exógenas, onde o produtor, sua unidade de produção e sua família constituem as partes centrais da investigação. Valendo-se de racionalidades socioeconômicas distintas, os produtores fazem escolhas diferentes no que se refere ao trabalho familiar, a organização produtiva, as práticas agrícolas e as técnicas utilizadas, portanto, nem todos adotam as mesmas formas de exploração dos ecossistemas, o que resulta em agroecossistemas diversificados.

A figura 1 apresenta o esquema teórico-metodológico básico que orienta a interpretação da realidade concreta com vistas à construção do objeto de pesquisa, a partir de uma visão integrada dos elementos físicos e humanos, o qual inclui a

seleção, processamento e sistematização de informações sobre a organização do espaço geográfico e, por consequência, da **leitura e interpretação da paisagem** em questão.

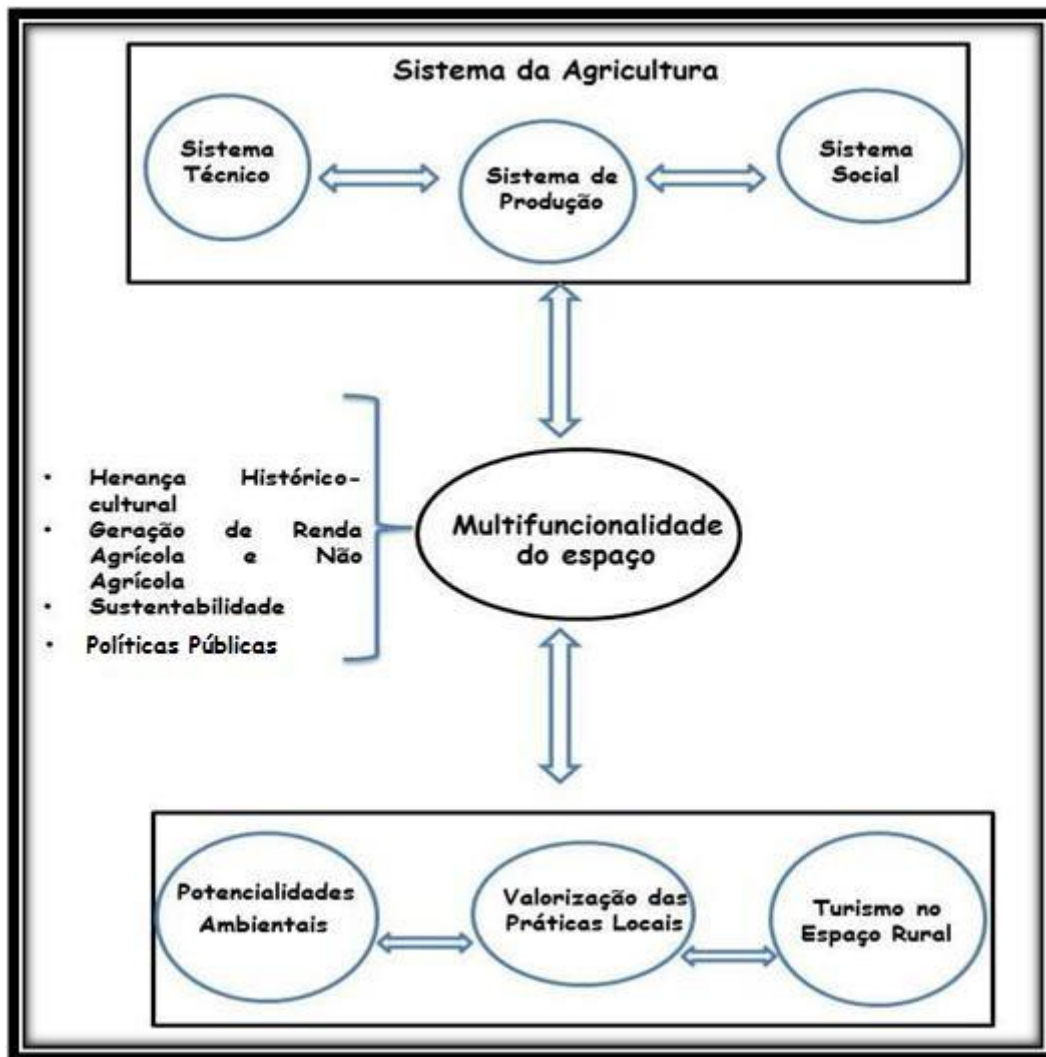


Figura 1: Esquema teórico-metodológico para construção do objeto de pesquisa

Ainda, propõe-se um modelo de análise, elaborado com base na abordagem sistêmica, que permitirá avaliar as relações entre as características socioeconômicas e ambientais nas áreas estudadas. A figura 2 apresenta o esquema do modelo analítico básico que orienta a apreensão da paisagem, a partir de uma visão integrada dos elementos (físicos e humanos), o qual inclui a seleção, sistematização, processamento e análise interpretativa de dados e informações primárias e secundárias. Assim, toma-se como referência o sistema ambiental (análise de mapas físicos) e o sistema socioeconômico (sistema histórico-cultural e sistema da agricultura).

No sistema ambiental será feita a sistematização e análise através de mapas físicos, onde pode ser possível identificar as limitações e potencialidades das diversas formas e práticas de utilização do solo, disponibilidade hídrica, características da vegetação original e atual e da geomorfologia. Aliada à caracterização do Sistema Ambiental, no Sistema Socioeconômico prioriza-se o sistema da agricultura, o qual serve para uma compreensão sistêmica das diferentes realidades agrárias, metodologicamente, pode-se partir respondendo algumas questões consideradas como parte dos sistemas internos da agricultura, a saber: “quem é o produtor rural?”; “como é produzido?”; e “quanto, o que, para quem é produzido?”. Segundo Diniz(1984),

A complexidade da agricultura decorre, em primeiro lugar, do número de variáveis necessárias à compreensão razoável do fenômeno. [...] o sistema da agricultura possui relações com subsistemas do meio, em escala diferente da encontrada em outros sistemas. É possível que essa complexidade seja acrescida de outra, em função do tipo de sistema que é concebido para a agricultura. Para muitos geógrafos não se pode pensar analisar a agricultura dissociada do solo, água e radiação solar, tornando-se, portanto, necessária a definição de um sistema físico. Como também não se pode estudar fenômenos dissociado do operador e do mercado, o sistema requer, também, uma caracterização social. (DINIZ, 1984, p. 33)

Além disso, será analisado o subsistema hídrico, ou seja, o uso doméstico e o uso agrícola da água, para, assim, caracterizar a maneira como este recurso é utilizado no espaço rural e, especificamente, nas propriedades pesquisadas.

No Sistema Histórico-cultural deve-se considerar o processo de organização do espaço rural, com base em levantamento bibliográfico específico sobre a formação histórica do recorte territorial em questão, ou seja, todo o geógrafo que está ligado aos estudos agrários possui uma preocupação em associar a história e a geografia. Para Dufumier (2007)

A análise histórica deve permitir que se identifiquem as relações de causalidade na cronologia das transformações sociais e das mudanças técnicas, sabendo que as causas, necessariamente, precedem os efeitos. Convém mostrar como os fatores de natureza muito diversa podem encadear-se logicamente, uns aos outros, resultando numa profunda transformação das realidades agrárias. A partir daí torna-se possível intervir nas situações agrárias concretas, com conhecimento de causa, desde que se conheçam as origens e as causas reais da sua existência. (DUFUMIER, 2007, p.60).

Ainda, o geógrafo agrário não pode deixar de considerar as tradições agrícolas em suas investigações, esta tem um peso considerável na atividade agrícola, pois o agricultor possui uma experiência e um aprendizado adquirido ao longo das gerações, que lhe dá possibilidade de lidar com uma atividade tão complexa e dinâmica como é a agricultura. As estratégias de sobrevivência que foram desenvolvidas e continuam em operação mantêm-no nessa atividade. Esse é um campo fértil para as pesquisas, que precisam abandonar o campo da pura explicação econômica e estatística considerando o agricultor na sua totalidade.

A metodologia proposta busca atingir um grau de explicação da realidade, a qual resulta da interação humana, que utiliza e organiza os elementos naturais, com os condicionantes da natureza para atingir determinados objetivos. Assim, a compreensão das formações dos sistemas agrários e a compreensão das formações geofísicas originais são, no entanto, indispensáveis para melhor entender a organização socioespacial da agricultura em diferentes escalas. (SILVA NETO e BASSO, 2005)

Cabe ressaltar, que o sistema ambiental e o sistema histórico-cultural terão o município como escala de análise (a partir de dados e informações secundárias) e o sistema da agricultura terá a propriedade rural como unidade básica para o levantamento de dados e informações primárias.

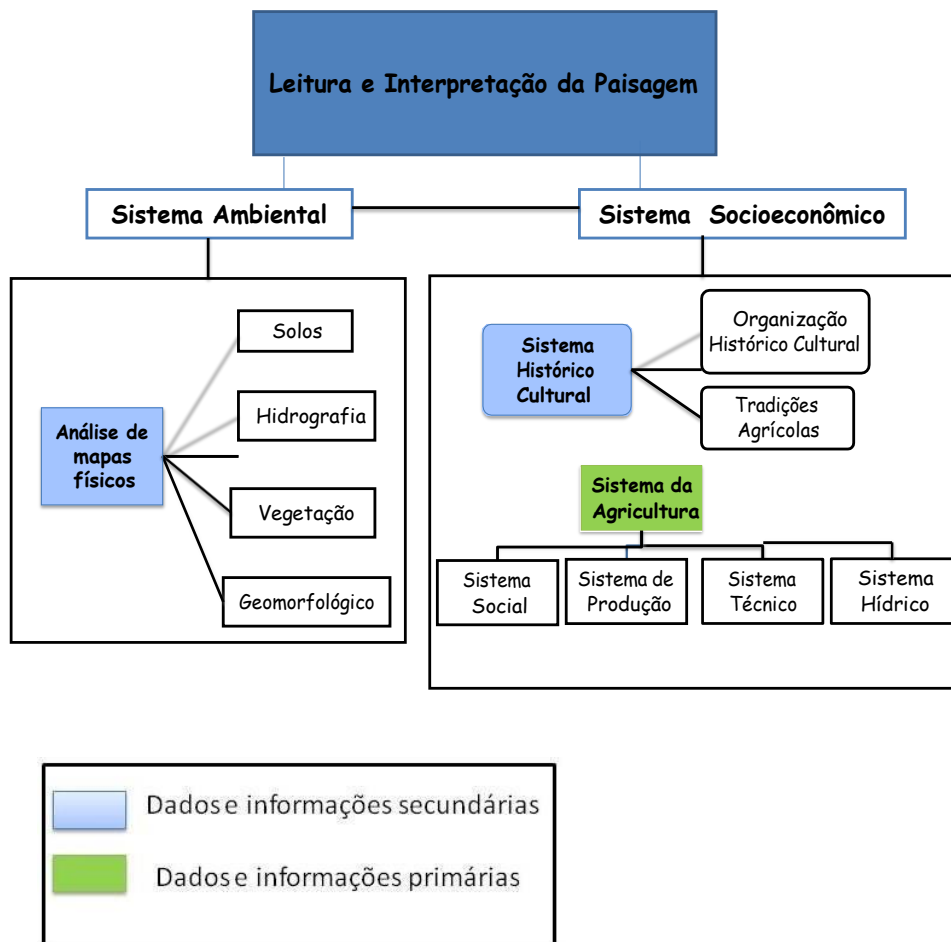


Figura 2: Proposta metodológica para leitura e interpretação da paisagem
 Fonte: Adaptado de Fernandes e Salamoni (2011).

4. Principais contribuições científicas da proposta

O desenvolvimento do projeto resultará em uma caracterização das distintas e singulares organizações espaciais geradas pela agricultura familiar nas três áreas estudadas. Os preceitos da multifuncionalidade das unidades produtoras familiares estudadas, que poderá fornecer subsídios para a implantação de políticas e projetos públicos.

Os resultados da pesquisa serão apresentados em diferentes formatos: material áudio visual, cartilha digital informativa que será disponibilizada no site do Grupo de Pesquisa/Instituto/Universidade. Espera-se, também, produzir um aplicativo multimídia que possa servir CD-ROM com inventário das potencialidades

levantadas, incluindo sua localização georreferenciada, dados e informações detalhadas e fotografias.

Avançar teoricamente na perspectiva geográfica a partir da organização espacial, verificando se a noção interdisciplinar da multifuncionalidade pode contribuir nas análises do espaço rural, tendo em vista a gestão do território, em diferentes contextos histórico-espaciais.

Referente aos temas relacionados a esta proposta planeja-se que a partir desta atividade seja alcançada a seguinte produção científica:

- Orientação de dissertações de mestrado;
- Orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação;
- Orientação de bolsistas de Iniciação Científica;
- Apresentação de trabalhos em congressos científicos;
- Publicação de artigos em periódicos científicos;
- Elaboração de relatórios parcial e final.
- Organização de uma coletânea – livro - na qual os resultados sejam apresentados para divulgação da pesquisa.
- Organização de colóquios para divulgação e discussão dos resultados obtidos.

5. Cronograma

Para a realização do levantamento das potencialidades das propriedades familiares para a multifuncionalidade, pretende-se organizar os trabalhos em três etapas:

ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	ATIVIDADES
1ª etapa: reconhecimento fisiográfico das áreas estudadas 03 meses	- levantamento e análise de dados secundários; - caracterização fisiográfica das áreas;
2ª etapa: Trabalho de campo	- preparação e teste de formulários a serem aplicados nos produtores rurais; - roteiros de entrevistas a serem realizadas com

03 meses	representantes de entidades e do poder público; - aplicação de formulários nas propriedades; - realização das entrevistas.
3ª etapa: sistematização das informações e organização dos dados com a caracterização das organizações espaciais identificadas	- organização das informações levantadas; - tabulação dos dados; - organização de mapas com as informações tabuladas; - análise dos resultados da pesquisa de campo.
04 meses	
Conclusão dos trabalhos	- redação geral dos resultados sob a forma de relatório e organização de publicação
02 meses	

6. Identificação dos demais professores participantes do projeto

Prof. Dr^a. Maria Regina Caetano Costa- DEGEO-LEAA/UFPel- Colaboradora

7. Disponibilidade de infra-estrutura e de apoio técnico para desenvolvimento do projeto

No que se refere especificamente à capacidade técnica da equipe de pesquisa, a **coordenadora** desta proposta apresenta uma trajetória de atuação em ensino, pesquisa e formação de jovens pesquisadores que há mais uma década vem confluindo na temática e abordagem que compõem este projeto. Essa experiência tem se expressado, nos últimos anos, nas iniciativas do Grupo de Estudos Agrários e Ambientais, conformado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFPel ;Graduação em Geografia – Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal de Pelotas, composto também por docentes e estudantes de diversos cursos da mesma universidade. Esse coletivo articula-se no âmbito do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

A infraestrutura está representada pelo espaço físico do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, o qual conta com cinco (05) computadores desktops;

um (04) laptop; uma (01) impressora multifuncional e uma (01) jato de tinta; um (03) data-show; uma (01) mesa para reuniões; três (03) escrivaninhas individuais; um (03) armários e duas (02) estantes. Além disso, esse espaço abriga uma biblioteca setorial e uma mapoteca virtual.

8. Estimativa de recursos de outras fontes

A contrapartida oferecida pela Universidade Federal de Pelotas pode ser resumida no seguinte:

1. Instalações físicas, mobiliário, energia elétrica, telefone, acesso a internet;
2. Veículos e diárias para transporte a serem utilizados nas atividades de trabalho de campo;
3. Mapas, cartas topográficas e imagens de satélite;

Materiais de consumo em geral.

9. Outros Projetos e Financiamentos

10. Bibliografia

ALMEIDA, J. A. FROELICH, J. M. RIEL, M. (orgs.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: PAPIRUS, 2000. p 237.

BECKER, B. K. **Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI**: uma representação a partir do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n. 53, v.3, p. 169-182, jul./set. 1991.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro**. In: ALMEIDA, J.; M. RIEDL, orgs. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000. p.145-180.

CARNEIRO, M. J. "Rural" como categoria do pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008.

_____. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, 1998, p. 53-75.

_____. Agricultura, Meio Ambiente e Turismo: Desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ) In: CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. (org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. P. 88-102

CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. (org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 17-26

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio De Janeiro: Mauad X, 2009.

CORRÊA, R. L. *Espaço, um conceito-chave da Geografia*. In: CASTRO, I. E. CORRÊA, R. L. (et. al). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 53, n. 3, 1992. 115-21. 1991

_____. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 54, n. 3, 1992. 115-21. 1992.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

DUFUMIER, M. **Projeto de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Salvador: EDUFBA, 2007. p.57-115

FERNANDES, S.; SALAMONI, G. Proposta metodológica para análise de sistemas agrários aplicada na elaboração de diagnósticos socioambientais. SIMPÓSIO NACIONAL O RURAL E O URBANO, 3, 2011, Porto Alegre, **Anais do 3º Sinarub**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p.1-15.

GUIOMAR, J. P.; FERNANDES, N., NEVES. Modelo de análise espacial para avaliação do carácter multifuncional do espaço. **Actas do III Congresso de Estudos Rurais** (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008, CD-ROM. p. 1-13.

FERREIRA, D. A. O.; MAIA, Adriano C. Contribuições da ciência geográfica para as discussões sobre a relação multifuncionalidade do rural e turismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, n. 7º, 2010, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: FCT-UNESP, 2010. CD ROM. p. 1-16.

MAFRA, F.; SILVA, J. A. Planejamento e gestão do território. Porto: SPI-Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.

PINTO-CORREIA, T. "Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise". *Inforgeo*. Ed. Associação Portuguesa de Geógrafos. n. 20-21, p. 67-71, 2007.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SACHS, I. **Desenvolvimento Includente, Sustentável Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamound, 2004.

SARACENO, E. The modern functions of small farm systems: An Italian Experience **Sociologia Ruralis**. 1994. Vol. XXXN, n. 4, p. 308-328.

SILVA, C. A. Pensando o espaço social em benefício da agricultura familiar. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XI, p. 245-253, 2007. Porto Alegre, 2007.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: uma análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: CARNEIRO, M.; MALUF R. S. (org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.p. 9-15